

# COLETIVO ELAS POR ELAS PROVIDÊNCIA: UMA PRÁTICA DE RESISTÊNCIA À PRECARIZAÇÃO DA SAÚDE DE TRABALHADORAS POR PLATAFORMAS DIGITAIS

THE ELAS POR ELAS PROVIDÊNCIA COLLECTIVE: A PRACTICE OF  
RESISTANCE AGAINST THE PRECARIZATION OF HEALTH CARE FOR  
WOMEN WORKING ON DIGITAL PLATFORMS

COLECTIVO ELAS POR ELAS PROVIDÊNCIA: UNA PRÁCTICA DE  
RESISTENCIA CONTRA LA PRECARIZACIÓN DE LA SALUD DE LAS  
TRABAJADORAS DE LAS PLATAFORMAS DIGITALES

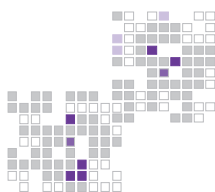
166

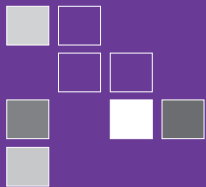
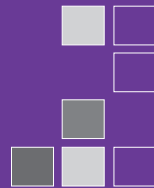
Patrícia Gonçalves Saldanha

■ Professora Associada do Curso de Comunicação Social e Publicidade e Propaganda, é membro permanente do PPG em Mídia e Cotidiano/UFF. Coord<sup>a</sup> Geral do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social” (Laccops), fundadora da Plataforma [www.saudesraras.pro.br](http://www.saudesraras.pro.br), Coord<sup>a</sup> do GT Comunicação e Cidadania da Compós e do GT de Miatização e Saúde do Miaticom.

■ Profesora Asociada del Grado en Comunicación Social y Publicidad, miembro permanente del PPGMC/UFF. Coordinadora general del grupo de investigación «Laboratorio de Investigación en Comunicación Comunitaria y Publicidad Social» (Laccops), fundadora de la plataforma [www.saudesraras.pro.br](http://www.saudesraras.pro.br) e coordinadora de los Grupos de Trabajo «Comunicación y Ciudadanía» de Compós y «Miatización y Salud» de Miaticom.

■ E-mail: [patriciasaldanha@id.uff.br](mailto:patriciasaldanha@id.uff.br)





## Tatiane Mendes

■ Profissional de Comunicação Social, doutorado e pós doutorado em Comunicação, com especialização em Divulgação Científica e Popularização da Ciência pela Fiocruz. Atua na interface entre comunicação, ciência, educação e sociedade, com experiência em divulgação científica, comunicação pública, jornalismo, produção audiovisual e projetos de enfrentamento à desinformação. Pesquisadora do INCT-DSI.

■ *Profesional de la Comunicación Social, con doctorado y posdoctorado en Comunicación, y especialización en Divulgación Científica y Popularización de la Ciencia por Fiocruz. Actúa en la intersección entre comunicación, ciencia, educación y sociedad, con experiencia en divulgación científica, comunicación pública, periodismo, producción audiovisual y proyectos de lucha contra la desinformación. Investigadora del INCT-DSI.*

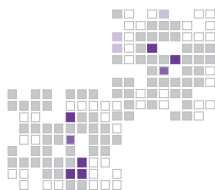
■ E-mail: [tatunha@gmail.com](mailto:tatunha@gmail.com)

## Solange Inês Engelmann

■ Professora Colaboradora do Departamento de Comunicação do Centro de Educação, Comunicação e Artes da UEL. Doutora em Comunicação e Informação (UFRGS). Integra o Grupo de Pesquisa “Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social” (Laccops) e o Grupo de Pesquisa em Economia Política da Comunicação e Hegemonia (Epocha), ambos do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF.

■ *Profesora colaboradora del Departamento de Comunicación del Centro de Educación, Comunicación y Artes de la UEL. Doctora en Comunicación e Información (UFRGS). Integra el Grupo de Investigación “Laboratorio de Investigación en Comunicación Comunitaria y Publicidad Social” (Laccops) y el Grupo de Investigación en Economía Política de la Comunicación y Hegemonía (Epocha), ambos del Instituto de Artes y Comunicación Social de la UFF.*

■ E-mail: [solengel03@gmail.com](mailto:solengel03@gmail.com)



## RESUMO

O artigo reflete sobre como a mediação das narrativas sobre a saúde e segurança das trabalhadoras platformizadas podem agravar vulnerabilidades atravessadas por interseccionalidades. E como a comunidade gerativa pode representar uma práxis de resistência, como na experiência do Coletivo “Elas por Elas Providência”. O percurso metodológico conta com revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas em 2024, com mulheres neste cenário. A organização dos dados coletados resultou na veiculação de duas reportagens na Revista Fórum em 2025<sup>1</sup>, participação no seminário internacional de mediação e visibilidade à causa.

**PALAVRAS-CHAVE:** MULHERES PERIFÉRICAS; IMPACTOS NA SAÚDE; TRABALHADORAS PLATAFORMIZADAS; MEDIATIZAÇÃO.

## ABSTRACT

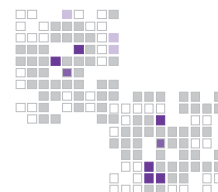
The article reflects on how the mediatization of narratives regarding the health and safety of women working in the platform economy can exacerbate vulnerabilities shaped by intersectionality. It also explores how a generative community can embody a praxis of resistance, as seen in the experience of the "Elas por Elas Providência" collective. The methodological approach involved a literature review and semi-structured interviews conducted in 2024 with women in this sector. The organization of the collected data led to the publication of two reports in Revista Fórum in 2025, participation in an international seminar on mediatization, and increased visibility for the cause.

**KEY WORDS:** PERIPHERAL WOMEN; HEALTH IMPACTS; PLATFORM WORKERS; MEDIATIZATION.

## RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre cómo la cobertura mediática de las narrativas sobre la salud y la seguridad de las mujeres que trabajan en plataformas digitales puede exacerbar las vulnerabilidades derivadas de la interseccionalidad. Asimismo, explora cómo la comunidad generativa puede representar una praxis de resistencia, como lo ejemplifica la experiencia del Colectivo "Elas por Elas Providência". El enfoque metodológico incluye una revisión bibliográfica y entrevistas semiestructuradas realizadas en 2024 con mujeres en este contexto. La organización de los datos recopilados dio como resultado la publicación de dos artículos en la Revista Fórum en 2025 y la participación en un seminario internacional sobre cobertura mediática y visibilidad de la causa.

**PALABRAS CLAVE:** MUJERES PERIFÉRICAS; IMPACTOS EN LA SALUD; TRABAJADORAS DE PLATAFORMAS; MEDIATIZACIÓN.



## 1 Introdução

Dois anos após a notificação da pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um novo cenário na esfera do trabalho desponta. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mais de 1,5 milhão de pessoas já trabalhavam, por meio de plataformas digitais. Isso correspondia a 1,7% da população ocupada no setor privado no Brasil, em um contexto marcado pela ausência de direitos trabalhistas, jornadas de trabalho intermináveis, esgotamento e adoecimento de aproximadamente 60 mil trabalhadoras, ou 6% desse total.

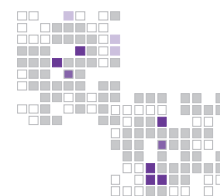
Segundo W. F. Pessoa (2024), o cotidiano das mulheres que trabalham por aplicativos — particularmente as motoristas — é marcado por precarização e violência. Embora, nos últimos anos, as plataformas de transporte individual de passageiros tenham estimulado a entrada de mulheres motoristas parceiras com o objetivo de reduzir incidentes de assédio e violência (Pereira, Arribas & Cardoso, 2021) contra clientes, a preferência pelas mulheres trabalhadoras não se reflete nos salários. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, o rendimento das mulheres representava, em média, 77,7% do rendimento dos homens (R\$ 1.985 versus R\$ 2.555).

A violência de gênero também encontra espaço nas rotinas enfrentadas pelas trabalhadoras, já que a vulnerabilidade vai além da precariedade financeira. Agressões que têm um componente comum: o silêncio da sociedade civil ante a grave crise humanitária que atinge trabalhadores(as) em plataformas e cuja dimensão de gênero encontra igual desconhecimento. Segundo Carla Baiense e Patrícia Saldanha, crises como a pandemia, por exemplo, mostram e agravam outras inúmeras vulnerabilidades atravessadas

por interseccionalidades, produzidas por décadas de políticas neoliberais (Felix & Saldanha, 2021), tendo a violência de gênero entre as consequências mais constantes, atingindo particularmente corpos femininos de cor, território e classe social específicas.

A partir desse cenário, partimos do pressuposto de que o coletivo carioca “Elas por Elas” fortalece uma “comunidade gerativa” (Paiva, Saldanha & Lacerda, 2016) que, na prática, escancara os impactos negativos das narrativas sobre a saúde e segurança de mulheres periféricas, globalmente disseminadas em mídias digitais, em tempos de plataformização. Pretendemos refletir de que forma e como o processo de midiaticização pode facilitar a manutenção de uma práxis hegemônica que acentua desigualdade, precariedades e violências em várias esferas da vida cotidiana. Para tanto, seguimos um percurso metodológico composto por revisão bibliográfica, associada à realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres trabalhadoras plataformizadas, bem como o desenvolvimento e acompanhamento do projeto de pesquisa e extensão “Saúde e direitos dos trabalhadores em tempos de plataformas digitais: um olhar sobre a atividade”, realizado pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) e o Departamento de Administração e Planejamento em Saúde (DAPS), ambos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), em parceria com o Instituto de Psicologia da UFRJ.

A pesquisa resulta de uma parceria entre a ENSP/Fiocruz e a Universidade Federal Fluminense (UFF) e busca discutir as condições de saúde e os direitos dos trabalhadores plataformizados, propondo alternativas para gerar ações concretas nesse campo. As atividades envolvem o desenvolvimento de uma campanha com debates e oficinas de comunicação, além de ações de comunicação publicitária e produção de reportagens, realizadas por uma equipe de



estudantes de publicidade e pesquisadoras de jornalismo do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (Laccops), coordenado pela professora de Comunicação da UFF, Patrícia Saldanha.

Em meados de 2024, a partir dos diálogos institucionais, iniciou-se o desenvolvimento de uma campanha de comunicação publicitária, baseada na metodologia de publicidade social, com debates e oficinas de comunicação com a equipe de pesquisadores(as) do projeto e representantes dos(as) trabalhadores(as) em plataformas digitais, cujas participações trouxeram questões essenciais da categoria em relação à saúde e à luta por direitos.

As entrevistas semiestruturadas foram enviadas para a coordenadora do movimento, Carolina Alves e, posteriormente, realizadas de modo online, com seis mulheres que concordaram em participar da conversa. As perguntas, enviadas a cada uma delas, focaram em 5 temáticas: rotina de trabalho, saúde das trabalhadoras, perigos e limitações, episódios de violência e políticas públicas necessárias (Ver anexo 1). Do universo de entrevistadas, recebemos retorno de quatro delas, que foram organizadas por respostas e temáticas, sendo produzidas as matérias para o grupo de pesquisa da Fiocruz. Posteriormente, os conteúdos preliminares dos textos foram apresentados como resumos expandidos no evento científico *Midiaticom 2025*<sup>1</sup> e finalmente, organizados e publicados na Revista Fórum. Essa publicização, potencializou a visibilidade da causa.

Se a publicidade social, na vertente brasileira, tem o “tornar público” como fundamento originário, para Félix e Saldanha, quando o “[...] caminho se constrói dialogicamente, pode facilitar às minorias, cuja representação nos

espaços de sociabilidade é fraca ou nula, o acesso aos dados que lhes permitam, em um segundo momento, pleitear direitos sociais e políticos” (2021, p. 9), tais como as trabalhadoras em plataformas. Entre elas, em entrevista recente ao *Jornal Correria*, Carol Alves afirmou: “Nós, mulheres, somos invisibilizadas na rua. Não temos direitos.”

As jornadas muito longas e condições adversas, como chuva e calor excessivo, causam problemas como dores nas costas, exaustão e dificuldade em ter uma boa alimentação. O estado geral de precariedade afeta igualmente a saúde mental, impactada pela pressão de metas impostas pelas empresas plataformizadas, além da insegurança nas ruas. “Quem cuida da gente? Quem cuida dessas mulheres que estão dia a dia fazendo entregas, pedalando, e ninguém se preocupa com a nossa saúde? Hoje, a grande maioria das pessoas só quer saber de receber seu lanche”, lamenta Carol Alves.

Aqui o papel da ciência engajada, transformadora, realizada em parceria entre UFF e Fiocruz atua no fortalecimento dos debates e na proposição de estratégias de visibilidade e de análise da situação das trabalhadoras, fomentando demandas que visam constituir políticas públicas efetivas de proteção à saúde e a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Pautas que devem caminhar em conjunto, fortalecendo a luta pelos direitos das mulheres, no trabalho, na cidade e em todos os espaços que possam ser ocupados. Com a participação da sociedade, que deve compreender que as pautas de direitos das mulheres são parte fundamental de garantias fundamentais, para alcançar a democracia e a cidadania plena.

No aprofundamento do debate sobre plataformas digitais, enquanto facilitadora de uma ambiência propícia para a midiaticização da violência de gênero e saúde, nasce a proposta do presente trabalho, que busca refletir sobre

<sup>1</sup> Ver <https://anais.midiaticom.org/seminario-midiaticizacao-resumos/issue/view/21> Acesso em 31/08/2026

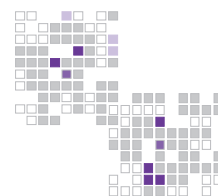
e propor caminhos para a garantia da saúde e a luta por direitos das trabalhadoras, tema que pretendemos desenvolver ao longo desta proposta.

## **2 Mdiatização e plataformização: um contexto perverso de desigualdades no trabalho das mulheres em plataformas digitais**

A relação entre mídias e tecnologias na sociedade é histórica e multifacetada. Entendemos que, no contexto contemporâneo, tais práticas midiáticas são estruturadas pelo processo de plataformização da vida social, que reorganiza infraestruturas comunicacionais e formas de produção do conhecimento. Como resultado, temos uma cultura midiática, na qual práticas sociais e tecnologias digitais são indissociáveis. Tal fenômeno, identificado como plataformização, fomenta as esferas sociais e apresenta novos desafios à defesa dos direitos humanos, agravando desigualdades estruturais na sociedade. Entendemos por plataformização, conforme José van Dijck (2018), o processo pelo qual plataformas digitais passam a estruturar interações sociais, práticas institucionais e a circulação de conteúdos por meio de arquiteturas algorítmicas, orientadas por modelos de negócios baseados em dados. Tais dados se tornam objeto de disputa e mercadoria em um cenário permeado por mídias digitais. Nesse sentido, observamos um agravamento das desigualdades estruturais na sociedade, intensificado pela lógica acelerada do capitalismo associada ao alastramento de dados pela hipermediatização, enquanto potencialização da midiática que permite a disseminação de sentidos produzidos “em múltiplas direções de modo contínuo e incessante” (Carlón, 2019, p. 35). Em outros termos, é uma práxis da midiática que reconfigura as relações sociais cotidianas em função das “novas condições de circulação que

a sociedade hipermediatizada atual possibilita” (p. 41). Nesse sentido, o capitalismo opera como uma racionalidade econômica que converte experiências sociais em ativos informacionais, aprofundando processos de mercantilização da vida cotidiana. A hegemonia das plataformas volta-se para direcionar fluxos de informações pautados em interesses de mercado em espaços simultâneos.

Contextualizamos, assim, a plataformização (Dijck, 2018) da vida social como um cenário contemporâneo de onipresença das mídias no cotidiano, caracterizando o que Muniz Sodré (2010) identifica como midiática, ou seja, “uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional” (Sodré, 2020, p. 21). As mídias se tornam, portanto, uma das estruturas que sustentam a esfera dominante de participação pública, que contribuem com a transformação de práticas e valores. Desse modo, a midiática da vida não se dá sem uma profunda influência de interesses mercadológicos, pautados na concentração das mídias e na aceleração do capitalismo pela onipresença de plataformas na vida social. Como consequência da plataformização, fluxos de informações convergem para espaços de interesses privados, que se moldam para financeirizar informações coletadas de usuários e legitimar novos atores sociais e rotas para a produção de conhecimento. Tal dinâmica desloca centros tradicionais de mediação — como escola e universidade — para ecossistemas corporativos globais. Ao mesmo tempo em que concentram o espaço de circulação de informações e dados, as plataformas, como espaços privados, incidem com o viés mercadológico de suas práticas, fazendo com que direitos e garantias constitucionais (Brasil, 1988), tais como o direito à comunicação e à informação e os direitos trabalhistas, sejam substituídos pela responsabilização do sujeito por sua subsistência,



em detrimento do papel do Estado.

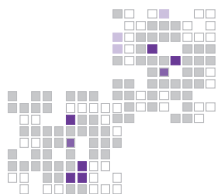
Para Rafael Grohmann (2021), as plataformas reorganizam o trabalho, a tomada de decisão e a produção de conhecimento, reproduzindo desigualdades e direcionando a estrutura educacional e científica conforme os fluxos de dados e os interesses de mercado. Em diálogo com Grohmann, entendemos que há um processo profundamente perverso na reorganização do trabalho plataformizado, que coaduna com a presença cada vez maior de valores de mercado nas crenças, práticas sociais e sistemas culturais, tendo como resultado a diminuição de direitos para trabalhadores. Em vez de empregadores, temos enormes contingentes de trabalhadores geridos por plataformas digitais, que reverberam violências, conflitos de classe e elevam os riscos à sobrevivência. Também suprimem direitos fundamentais, na mesma medida em que estimulam os processos de informalização e precarização das condições de trabalho. Outro agravante se refere ao tempo, espaço e trabalho, que são pulverizados em nome de aplicativos e rotinas diluídas e expandidas nas plataformas, e a presença do Estado diminui em face da informalização.

Como garantir direitos se não há como precisar o lugar de trabalho ou os limites de cada função? Estamos de acordo com Grohmann, quando questiona: “seria possível nomear aquilo que está em constante mudança, mas, ao mesmo tempo, conserva os elementos centrais que constituem a produção capitalista?” (Abílio et al., 2026, p. 10). Somamos outros termos para nos auxiliarem a compreender a dimensão plataformizada do trabalho, tais como a ideia de empresa-aplicativo ou de uberização do trabalho (Abílio, 2017), termos que definem empregadores que se passam por aplicativos e, assim, desumanizam a relação patrão-empregado. Nesse cenário se elevam os conflitos decorrentes da supressão de direitos e flexibilização do trabalho no capitalismo

contemporâneo. Desse modo, entendemos que, longe de representar uma crise do capitalismo, a plataformização e a uberização do trabalho representam uma nova curva ascendente do sistema capitalista, na qual a relação empresa-empregado extingue o referente, compondo um sistema que se apoia na quase total ausência de responsabilidade sobre a vida do trabalhador, que não terá outro suporte de sobrevivência além de si mesmo. Tais custos se tornam ainda mais graves no que tange aos grupos sociais forçadamente colocados em situações de vulnerabilidade, tais como populações negras, mulheres, etc., contexto que delineamos a seguir.

Para Antunes e Filgueiras (2020, p. 32), a uberização do trabalho precisa ser analisada “como expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais”. Nesses espaços, as relações de trabalho se tornam cada vez mais “individualizadas (...) e invisibilizadas”, assumindo “a aparência de prestação de serviços”. Nesse sentido, a uberização não se transforma, mas se amplia, encontrando terreno fértil nas características do trabalho nas plataformas digitais, que aumentam o isolamento dos(as) trabalhadores(as) e as possibilidades de organização e luta coletiva por direitos. Abílio, Amorim e Grohmann (2021, p. 42) destacam que a uberização pode ser pensada como um processo de informalização, que caminha junto com a consolidação do(a) trabalhador(a) no contexto contemporâneo, em que a flexibilização e precarização criam a condição de trabalhador(a) sob demanda. São características que redefinem a própria categoria do emprego, ampliam a informalidade e transferem os riscos e custos para os(as) trabalhadores(as) e desestruturam as garantias e direitos trabalhistas consolidados há décadas.

Ao mesmo tempo, pesquisas mostram que a renda média da jornada regular de trabalhadores(as) por plataformas digitais no



Brasil é inferior ao salário-mínimo. Conforme dados do IBGE de 2025, no 3º trimestre de 2024, o rendimento médio mensal dos trabalhadores plataformizados (R\$ 2.996) estava 4,2% maior que o rendimento médio dos não plataformizados (R\$ 2.875), porém, os trabalhadores plataformizados (R\$ 15,4/hora) registraram um rendimento-hora 8,3%, inferior ao dos não plataformizados (R\$ 16,8/hora), pois sua jornada de trabalho, de 44,8 horas por semana, era, em média, 5,5 horas mais extensa que a dos não-plataformizados, que trabalharam em média, 39,3 horas por semana (Gomes & Peters, 2025). Os baixos rendimentos são um agravante no caso das mulheres, que somado a isso enfrentam a desigualdade salarial e a desigualdade de gênero. Um estudo sobre “Mulheres na economia de plataformas: desafios e oportunidades na Ibero-América”, organizado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONU Mulheres, de março de 2026, concluiu que a desigualdade econômica persiste mesmo entre as mulheres trabalhadoras que possuem níveis educativos semelhantes ou superiores aos dos seus pares masculinos. Nas plataformas de trabalho online, as mulheres ganham, em média, 40% a menos por hora e até 67% menos em rendimentos semanais, em relação aos homens (Secretaria-geral ibero-americana, 2026).

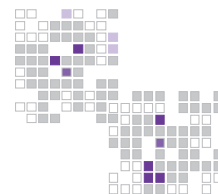
Para Santos (2025), a realidade das relações de trabalho em plataformas digitais também é atravessada por questões sociais, de raça e de gênero, ao contrário do que se propaga diante da aparente e ilusória visão de neutralidade do algoritmo, reforçada constantemente pelas Big Techs. Historicamente, as mulheres enfrentam um conjunto de desigualdades de gênero, que afetam as condições de vida e trabalho. À mulher é imputada a responsabilidade do trabalho do cuidado, principalmente de crianças e idosos das famílias. Uma parte das mulheres também inicia no mercado de trabalho mais tarde, pois “se

ocupam das atividades domésticas consideradas tarefas femininas, como dona de casa, responsável pela cozinha, além dos papéis de esposa e mãe” (Santos, 2025, p. 85). Quanto ao mercado de trabalho, as políticas neoliberais resultaram em perdas significativas para as mulheres, a exemplo da última reforma trabalhista brasileira, de 2017, que por meio da Lei nº 13.467, alterou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), flexibilizando e precarizando ainda mais as relações de trabalho.

### 3 Comunidade gerativa uma práxis cidadã de resistência

Porém, como a precarização do trabalho nas plataformas digitais é dinâmica, tem gerado protestos e mobilização dos(as) trabalhadores(as), Antunes e Filgueiras (2020), consideram que a capacidade de resistência e organização do novo proletariado digital se torna decisiva para frear a tentativa de escravidão digital. Entendemos, assim, o ímpeto de promoção de mudanças de grupos que se organizam em práticas que impulsionam novas ordens de enfrentamento, priorizando a resolução de problemas comuns a este mesmo coletivo como “comunidade gerativa”. Ou seja, “a comunidade gerativa propõe-se a agir em resposta ao atomismo social e à razão instrumental que definem a política centrada no mercado e no predomínio de um Estado gerencial e burocrático (Paiva, Saldanha & Lacerda, 2016, p. 121). Esse é o caso do Coletivo Elas por Elas Providência, fundado em 2020 para acolher trabalhadoras em situação de vulnerabilidade devido à pandemia, pois, conforme Carol Alves, “as condições de trabalho das mulheres trabalhadoras informais são marcadas por extrema precariedade e vulnerabilidade, sem qualquer tipo de proteção social ou trabalhista”.

O grupo se unificou para resistir aos desafios que se amplificam no caso das mulheres trabalhadoras por plataformas digitais, com a necessidade de



construir processos de organização e resistência, que levem em consideração o enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e classe, buscando saídas coletivas por direitos e a garantia da saúde dessas trabalhadoras.

Maria Aparecida Salerno, 52 anos, carioca, mãe de dois filhos (de 30 e 24 anos) e avó de uma neta de dez meses, também trabalhadora em plataforma, igualmente denuncia a luta diária, fazendo coro a Carol Alves: “A dificuldade é por sermos mulheres. Assim, é difícil. É aquela dificuldade clássica que todos já sabem, né? A gente está sempre em um lugar inferior, né? Tem que aguentar mais coisas. Às vezes, fingir que não entende muita coisa. Isso afeta sua saúde, saúde mental, saúde emocional e até a saúde financeira, porque você já não consegue trabalhar com aquele vínculo. O esgotamento não é só físico, mas mental também. Isso é agravado pela cobrança de bater metas da maioria das plataformas”, reforça.

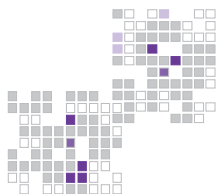
A situação de Carol, Tais, Aparecida e outras tantas mulheres trabalhadoras plataformizadas reflete um contexto perverso onde alguns corpos importam mais do que outros. Nesse sentido, Judith Butler (2019) identifica que a realidade vivida de alguns corpos é performada por normas construídas socialmente, que invisibilizam existências. O gênero se posiciona assim como uma categoria normativa e construída historicamente mediante invisibilidades e materialidades discursivas que perpetuam violências e exclusões. Conforme identifica Butler: “Pensar o corpo como construído demanda repensar o significado da construção em si.” (Butler, 2019, p. 15). Butler desloca o sexo do lugar de “dado natural” para o lugar de “norma regulatória”, que produz corpos inteligíveis.

Assim, a perspectiva de autoras como Lélia Gonzalez, María Lugones e Joan Scott, são fundamentais para pensar as relações de dominação e opressão presentes nas violências de gênero, em seu caráter multidimensional.

Violências que perpetuam e sustentam a estrutura social capitalista, que, segundo Angela Davis, demanda a opressão de gênero para existir. Igualmente, Lélia Gonzalez, autora brasileira, desenvolve uma reflexão que articula a ideia de que desigualdades não podem ser compreendidas de forma isolada, pois raça, gênero e classe operam conjuntamente na produção das hierarquias sociais. Ao destacar o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira, a autora propõe uma leitura situada das opressões, mostrando que a experiência das mulheres negras é atravessada por múltiplas formas de violência e exclusão, onde determinadas vozes são legitimadas, enquanto outras são sistematicamente silenciadas (Gonzalez, 1984).

Já em María Lugones, há um aprofundamento da crítica, ao demonstrar que o sistema moderno/colonial não produziu apenas desigualdades econômicas, mas também impôs uma forma específica de organização das relações de gênero. Dialogando com a noção de colonialidade do poder, a autora formula o conceito de colonialidade de gênero para evidenciar que as categorias “homem” e “mulher”, tal como são compreendidas na modernidade ocidental, foram construídas no contexto da colonização e foram (e são) utilizadas como instrumentos de controle social, que continuam a operar na produção de desigualdades no presente (Lugones, 2008).

Entendemos que o gênero não deve ser entendido apenas como identidade ou diferença entre homens e mulheres, mas como um elemento constitutivo das relações de poder, que organiza discursos, instituições e práticas sociais. As autoras demonstram que gênero, raça e classe não podem ser analisados separadamente, pois fazem parte de um mesmo sistema histórico de poder que estrutura desigualdades e define regimes de visibilidade e invisibilidade. Assim, ao falar de trabalhadores(as) em plataformas e as diversas vulnerabilidades e supressões de direitos



humanos, inadvertidamente apontamos que corpos femininos, quando expostos em trabalhos não regulamentados, são mais vulnerabilizados e invisibilizados, seja na compreensão do contexto, na celeridade do Estado, que tarda em localizar, na dominação de plataformas no cenário atual do trabalho.

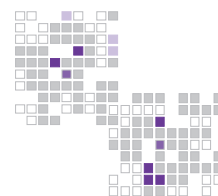
Nas falas das mulheres entrevistadas neste trabalho, o relato das opressões se soma ao silêncio do Estado. Aparecida relata que o trabalho no dia a dia é muito intenso e cansativo, pois, por ser uma atividade vinculada à demanda de entregas, geralmente começa cedo. Segundo ela, as trabalhadoras iniciam por volta das sete ou oito horas da manhã e podem se estender até tarde da noite, dependendo da necessidade de bater metas ou alcançar uma renda mínima diária. As pausas para descanso são raras e quase não há tempo para parar durante a jornada. Diante dessa realidade, ela destaca que são necessárias leis e ações que regulamentem o trabalho das entregadoras, garantindo direitos básicos como seguro contra acidentes, assistência médica e psicológica. Outro ponto fulcral é a falta de infraestrutura, como acesso a banheiro, áreas de descanso e água potável, defendendo a criação de políticas públicas que ampliem a segurança nas ruas e melhorem condições como iluminação, ciclovias e pontos de apoio para alimentação e higiene. Aparecida ainda afirma que as plataformas de entrega devem ser legalmente responsabilizadas pelo bem-estar das trabalhadoras, promovendo igualdade de tratamento e medidas específicas de proteção para as mulheres no setor.

Ao falar sobre violência, Aparecida aponta que a maioria das entregadoras sofre assédio e preconceito nas ruas. Muitos clientes desrespeitam as trabalhadoras por acreditarem que mulheres não têm a mesma capacidade física para o trabalho. Ela destaca a ausência de canais de denúncia, já que as próprias plataformas não oferecem esse suporte. Há casos em que, além

de sofrerem violência, as mulheres também são prejudicadas por reclamações feitas pelos clientes nas plataformas, o que pode levar ao bloqueio e à perda do acesso ao trabalho. Em relação às principais dificuldades, Aparecida enfatiza os impactos na saúde e o descaso da sociedade que ignora as condições de trabalho dessas mulheres, que passam o dia pedalando e trabalhando sem suporte, enquanto a sociedade se preocupa apenas em receber seus pedidos. Diante da falta de apoio institucional, as trabalhadoras acabam criando redes de apoio entre si, formando grupos de mulheres para enfrentar coletivamente tais dificuldades.

Thaís Aparecida, de 32 anos, coordenadora do coletivo Elas por Elas Providência, reforça que a maior dificuldade enfrentada pelas trabalhadoras é o preconceito, a desigualdade e o racismo. Ela relata situações de violência presenciadas, como o caso de um homem negro agredido por uma mulher branca, e destaca que as mulheres também sofrem isso constantemente, especialmente em situações de entrega em residências. Segundo ela, é comum se deparar com clientes em condições inadequadas, como homens sem roupa, que tratam isso como algo normal, mas que causa forte impacto psicológico nas trabalhadoras.

Já Arielle também relata experiências de violência e assédio no cotidiano de trabalho, afirmando que muitos homens não aceitam ver mulheres trabalhando nas ruas e frequentemente realizam comentários desrespeitosos, de assédio. Embora nem sempre haja agressão física, há violência psicológica constante, somada à pressão do dia a dia e à necessidade de garantir sustento. Ela destaca que, apesar de as mulheres não demonstrarem fragilidade durante o trabalho, ao chegarem em casa enfrentam um colapso emocional, resultado da sobreposição de opressões, como o preconceito por serem mulheres, negras e moradoras de favela. Em sua fala, evidencia-se a dimensão interseccional



dessas violências. Carol Alves também aborda os desafios enfrentados por trabalhadoras informais, como camelôs, principalmente em conflitos com a Guarda Municipal, que frequentemente impede o trabalho nas ruas, retira pontos de venda e utiliza práticas violentas, como balas de borracha e spray de pimenta. Para ela, é contraditório que trabalhadoras sejam impedidas de prover seu sustento, mesmo não estando cometendo crimes.

#### 4 Considerações finais

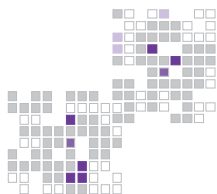
Enquanto as políticas públicas voltadas para a regulamentação do trabalho em plataformas tramitam lentamente pelas esferas de governo, as pautas de saúde e segurança se tornam cada vez mais urgentes. E os movimentos de mulheres buscam fortalecer a luta por dignidade no trabalho e na vida, unindo forças a cientistas e educadores para o enfrentamento às desigualdades. É o caso do Coletivo Elas por Elas Providência, que nasceu após Carol ter sofrido violência pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro, enquanto realizava seu trabalho como vendedora ambulante, em um bairro da Zona Norte.

Após a repercussão do caso nasceu o coletivo, com o objetivo de promover a união entre mulheres para reivindicar direitos e combater as desigualdades de gênero, raça e classe que marcam suas vidas e condições de trabalho. Nesse sentido, o coletivo do qual as mulheres fazem parte, pode ser compreendido como uma “comunidade gerativa” (Paiva, Saldanha & Lacerda, 2016), já que se torna um espaço de

apoio mútuo e resistência, permitindo que essas mulheres tenham voz e força para transformar suas realidades. O grupo tem desenvolvido diversas ações voltadas para apoiar e fortalecer as mulheres trabalhadoras informais no Rio de Janeiro, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social.

Por fim, aponta a instabilidade da rotina de trabalho, que varia conforme eventos, locais e horários, impossibilitando a construção de uma rotina fixa e dificultando ainda mais a organização da vida e da renda. Para implementar essas ações, é fundamental promover uma colaboração eficaz entre empresas, governo e sociedade civil, garantindo que todos os setores envolvidos trabalhem de forma integrada para alcançar resultados concretos.

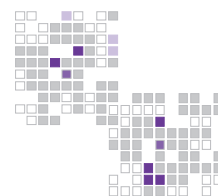
Além disso, a educação e conscientização sobre saúde e segurança também desempenham um papel crucial, permitindo que os(as) trabalhadores(as) compreendam e possam adotar práticas mais seguras. Contudo, o monitoramento contínuo da saúde dos(as) entregadores(as) é essencial para identificar e corrigir problemas de forma proativa, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro e saudável. Saúde que se faz no reconhecimento do direito fundamental que concatena um cenário hipermediatizado (Carlón, 2019), a busca de governança cidadã em torno de um contexto de plataformas e a proteção de homens e mulheres, que têm o direito a viver com dignidade e equidade.



## REFERÊNCIAS

- Abilio, L. C., Amorim, H. & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, [S. l.], v. 23, n. 57, p. 26–56. DOI: 10.1590/15174522-116484. <http://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- Antunes, R. & Filgueiras, V. (2020, abril/julho). Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
- Cardoso, A. C. M., Arribas, C., & Pereira, M. J. T. (17 março 2021). Há “empoderamento” nas plataformas digitais? *Outras Palavras*. São Paulo. Recuperado: 10 fev. 2026. <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/mulheres-e-plataformas-digitaisempoderamento-para-quem/>.
- Carlón, M. (2019). Individuos y colectivos en los nuevos estudios sobre circulación. *In Mediaciones de la Comunicación*, 14(1), 27. <https://doi.org/10.18861/ic.2019.14.1.2884>.
- Dijk, José V., Poell, Thomas & Waal, Martijn de. (2018). *The platform society*. New York: Oxford University Press.
- Félix, C. B. & Saldanha P. (2021). Mulheres que não cabem na tela: a (in)visibilidade periférica na publicidade de utilidade pública sobre a Covid-19. *Revista Eco-Pós*, v. 24, n. 1, p. 188–209. DOI: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i1.27618>.
- Gomes, I., & Peters, J. (17 outubro 2025). Número de trabalhadores por aplicativos cresceu 25,4% entre 2022 e 2024. *Agência de notícias IBGE*. Recuperado: 05 abr. 2026. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44806-numero-de-trabalhadores-por-aplicativos-cresceu-25-4-entre-2022-e-2024>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Silva, Luiz Antonio Machado da (org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Rio de Janeiro: ANPOCS.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - 2019. Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/>.
- Lugones, M. (2008). *Colonialidad y género*. Tabula Rasa, n. 9, p. 73–102.
- Krenztger, M. et al. (2021). Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do Conjunto de Favelas da Maré/Rio de Janeiro. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 38, p. 266-289. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.47366>.
- Masson, L., Christo, C. (28 novembro 2024). Plataformas: O viver e morrer sobre rodas. *Outras Palavras*. São Paulo. Recuperado: 10 mar. 2026. <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/plataformas-o-viver-e-morrer-sobre-rodas/>
- Oliveira, E. et al (2023). DOSSIÊ Mulher 2023 [livro eletrônico]. 18. ed. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Segurança Pública. <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2023-11/DossieMulher2023.pdf>
- Paiva, R., Saldanha P. & Lacerda, J. (2016). INPECC retoma conceito de “comunidade gerativa” e inicia estudo sobre a área. *Revista Mídia e Cotidiano*, 10, Dez. DOI: 10.22409/ppgmc.v10i10.9798
- Pessoa, W. F. (2024). Mulheres motoristas por aplicativos: precarização, violência e resistência no cotidiano do trabalho. (Dissertação inédita de mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis. <https://hdl.handle.net/11449/256401>
- Secretaria-Geral Ibero-Americana (12 março 2026). Mulheres em plataformas digitais: mais oportunidades, menos rendimentos e proteção. *Secretaria-Geral Ibero-Americana*. Recuperado: 05 abr. 2026. <https://segib.org/pt/mulheres-em-plataformas-digitais-mais-oportunidades-menos-rendimentos-e-protecao/>. Acesso em: 05 mar. 2026.
- Santos, A. B. B. dos (2025). Mulheres negras e as intransigências do trabalho em plataformas digitais: uma análise das entregadoras de aplicativos de alimentação. (Tese/ inédita de doutorado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/24361>
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Vozes.
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v. 20, n. 2.

Artigo enviado em 10.04.2026 e aceito em 30.09.2026.



## **Anexo 1:**

Perguntas das entrevistas com as trabalhadoras

### **1. ROTINA DE TRABALHO**

Como tem sido seu trabalho no dia a dia? Que horas você costuma começar e terminar o trabalho? Como é sua rotina de trabalho?

### **2. SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Quais são as principais dificuldades que você enfrenta nas entregas e no contato com empregadores e clientes por ser mulher? Isso tem afetado sua saúde de alguma forma?

### **3. PERIGOS E LIMITAÇÕES**

Como é sua interação com o aplicativo de entregas? Quais são os perigos e limitações que você enfrenta nas ruas ao circular para realizar as entregas?

### **4. VIOLÊNCIA E PRECONCEITO**

Você sofre ou já sofreu alguma agressão, assédio ou preconceito por parte de clientes, empregadores ou do aplicativo por ser mulher? Quando isso acontece, quais procedimentos são adotados? De que forma as entidades da categoria têm atuado para proteger as trabalhadoras nessas situações?

### **5. LEIS E AÇÕES NECESSÁRIAS**

Quais leis, políticas públicas ou ações você considera necessárias para garantir a preservação da vida e melhorar as condições de trabalho das entregadoras?

